

A bancada policial e as eleições de 2020

Bancada dos policiais reúne 39 parlamentares, que têm atuação concentrada em pautas corporativas. Sete deputados são candidatos a prefeito no Norte e Nordeste

Eveline Santos

14 de outubro de 2020

REPRODUÇÃO/FACEBOOK



Um dos líderes do movimento de policiais grevistas no Ceará, o deputado federal Capitão Wagner faz campanha em Fortaleza para o cargo de prefeito na eleição 2020

Levantamento recente realizado pelo G1 mostra que as eleições municipais de 2020 terão o maior número de candidatos policiais e militares dos últimos 16 anos. Há um total de 6.755 candidaturas, o que representa um aumento de 12,5% em relação à eleição de 2016. O portal tomou como base os dados profissionais dos candidatos registrados no TSE.

O aumento segue a tendência já observada nas eleições de 2018, em que 1.137 desses profissionais concorreram a cargos nos legislativos federal e estadual, de acordo com levantamento também do G1. Esse número de candidatos policiais e militares representou um aumento de 25% em relação às eleições de 2014.

O maior número de candidaturas teve reflexo na representação desses profissionais no Congresso Nacional, que mais que dobrou no pleito 2018, em comparação a 2014. Naquele ano, foram eleitos 19 deputados federais e nenhum senador. Já em 2018, 34 deputados e 5 senadores conseguiram se eleger.

Da bancada de 39 parlamentares policiais eleitos em 2018, 7 deputados federais se candidataram aos cargos prefeito ou vice: Capitão Alberto Neto (REP), candidato à prefeitura de Manaus; Nicoletti (PSL), candidato à prefeitura de Boa Vista; Capitão Wagner (PROS), candidato à prefeitura de Fortaleza; Capitão Fábio Abreu (PL), candidato à prefeitura de Teresina; Pastor Sargento Isidório (AVA), candidato à prefeitura de Salvador; Fábio Henrique (PDT), candidato à prefeitura de Nossa Senhora do Socorro (SE) e Edna Henrique (PSDB), candidata à vice prefeitura de Monteiro (PB).

Ao traçar um perfil desses candidatos, alguns dados chamam a atenção. Em primeiro lugar, todos vão participar de pleitos nas regiões Norte e Nordeste do país. Em relação às carreiras, constatou-se que a maioria é da Polícia Militar (PM), o que acompanha a tendência identificada nas candidaturas policiais de todo o Brasil. São três capitães, um sargento, dois policiais rodoviários federais e uma delegada da Polícia Civil.

Outro dado que se destaca é a relação próxima desses candidatos com a religião, em especial a evangélica. Pastor Sargento Isidório, Capitão Alberto Neto, Nicoletti e Capitão Wagner são declaradamente evangélicos. Edna Henrique faz postagens em suas redes sociais em referência às Igrejas Católica e Evangélica, mas há registro de participação dela em cultos evangélicos. Fábio Henrique é católico, mas também participa de eventos evangélicos.

A atuação parlamentar desses deputados se concentra nas pautas corporativas. A maior parte das proposições legislativas apresentadas por eles tratam da administração pública. Pois é nessa categoria que se enquadram os projetos de lei, propostas de emenda à Constituição e requerimentos que tratam de questões ligadas às corporações policiais e suas carreiras. Segurança também é um assunto que aparece nas propostas legislativas dos sete parlamentares, embora nem sempre seja um tema de destaque.

Um exemplo é o PL 4402/2019, que destina parte das mercadorias apreendidas no combate ao contrabando e ao descaminho, para a Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal. O projeto é de autoria do deputado Nicoletti, que foi militar de carreira do Exército e policial rodoviário federal. Outro exemplo é o PL 477/2020, que visa conceder anistia aos Policiais e Bombeiros Militares do Ceará que participaram dos movimentos reivindicatórios de outubro de 2019 a março de 2020. A matéria é de autoria do deputado Capitão Wagner, ex-capitão da PM e um dos principais líderes desses movimentos no Ceará.

Este tipo de atuação segue uma tendência já observada na legislatura anterior (2014-2018). Em levantamento realizado com a Bancada da Segurança Pública daquela legislatura, identifiquei que, entre os projetos de lei de segurança pública de autoria dos deputados da Bancada, o segundo tema que mais apareceu foi relacionado aos profissionais das forças de segurança. Esse tema englobava questões como carreira, modelo de atuação, programas e benefícios ou concessão de anistia a esses profissionais.

Outra informação que corrobora a importância de assuntos corporativos para parlamentares policiais e militares é a participação de seis dos sete deputados candidatos na Comissão Especial sobre a Competência Legal das Polícias para Investigação. A comissão foi criada com o objetivo de discutir a proposta do chamado “ciclo completo da polícia”. O tema é espinhoso dentro das próprias corporações e costuma opor parlamentares que são ex-PMs aos parlamentares oriundos da Polícia Civil e Federal. A participação nessa comissão, inclusive dos deputados que apresentaram um número menor de proposições sobre segurança, como Edna Henrique e Fábio e Henrique, demonstra a importância, entre os parlamentares policiais e militares, de propostas que visam reformar as polícias.

Por fim, cabe destacar ainda que nem todos esses candidatos são apoiadores do presidente Jair Bolsonaro. O deputado Fábio Henrique, por exemplo, é filiado ao PDT, partido que se opõe ao Executivo Federal. O deputado Capitão Fábio Abreu foi Secretário de Segurança do Piauí durante boa parte da gestão do governador Wellington Dias (PT). O deputado Pastor Sargento Isidório, apesar de ser alinhado às pautas de costumes do presidente, se posiciona contrariamente às pautas de “lei e ordem” defendidas por Bolsonaro e frequentemente faz críticas a ele.

Assim, será importante observar o desempenho dos candidatos policiais nas urnas e verificar se o apoio do presidente da República será determinante ou não para o resultado eleitoral. Até o momento, Bolsonaro já declarou seu apoio ao Capitão Alberto Neto em Manaus e ao Capitão Wagner em Fortaleza. Os candidatos de Boa Vista (Nicoletti) e Monteiro (Edna Henrique) também são bolsonaristas, apesar de não terem recebido o apoio formal do presidente.

Eveline Santos

Cientista política e mestre em Sociologia pela UnB

<https://www.fontesegura.org.br/multiplas-vozes/gi9d3hpag5>

